

# COMBATE

A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES

## AS PRISÕES DOS MILICIANOS MARVÃO E ANJOS SÃO PRISÕES POLÍTICAS

Por muito que os comunicados oficiais se esforcem por minimizar o real alcance dessa medida, tentando reduzi-la à aplicação automática dos regulamentos que vigoram (ainda!) no foro militar perante uma atitude qualificada de «insubordinação», o facto é que essas prisões, pelas circunstâncias que rodearam a atitude que as provocou, pelo intervalo de tempo que mediou entre essa atitude e a ordem de detenção e pela conjuntura política geral em que se inseriram, não podem deixar de ser vistas como uma manobra provocatória por parte dos elementos reacçãoários que continuam em postos chave do Exército e da Administração Pública, à espera de um «saneamento» que, para surpre-

sa dos ingénuos, se está a processar sim, e em força, mas à esquerda e não à direita.

Não vale sequer a pena detemo-nos no facto dessas prisões serem ilegais face ao Código de Justiça Militar. Legais que fossem (e não o foram) isso não lhes retiraria o carácter político. (Ou não é verdade que então, por esse mesmo código, todos os militares que participaram no golpe de Estado de 25 de Abril também deveriam ser acusados do crime de insubordinação e por isso punidos?).

Importa, isso sim, salientar que o que se passou é apenas um episódio que é fruto da ambiguidade de que se revestem todas as situações políticas criadas por uma mudança de regime

a que não corresponde uma mudança radical do sistema, nos seus vários níveis económico, político e social.

Marvão e Anjos foram presos por acreditarem que, obedecendo à ordem que foi dada, traíam o Programa do Movimento das Forças Armadas. Foram presos por acreditar que esse Programa poderia servir como base para uma profunda transformação política, social e económica em Portugal. Foram presos por acreditar que essa transformação passa pelo reconhecimento incondicional da liberdade dos trabalhadores de lutarem pelos seus direitos.

E aqui o que interessa é o princípio geral, isto é, o grave precedente que constituiria uma

intervenção do Exército, hoje numa greve de serviços, amanhã em qualquer outra justa luta de operários ou camponeses. Pretextos nunca faltarão, a quem o que interessa de facto é ter um instrumento bem disciplinado que permita o funcionamento «ordeiro» das classes produtoras alienando a sua força de trabalho.

E quem prende Marvão e Anjos?

Não certamente aqueles que colaboraram no movimento que tornou possível a existência do Programa do Movimento das Forças Armadas como documento base da orientação política nacional. Mas aqueles que, por força da ambiguidade atrás referida de situações do género da

que se vive no nosso país, continuam, pelas limitações inerentes a uma mudança que não afectou os que detêm as fontes de produção e exploram o trabalho das classes produtoras, a ter o poder político suficiente para manter bem viva a ameaça do regresso do fascismo.

Enquanto eles, os representantes e os mandatários do capital internacional, se mantiverem no poder, muitos mais Marvão e Anjos serão presos, muitas mais lutas dos trabalhadores serão reprimidas, o socialismo não será possível.

Soldados, Milicianos não reprimem trabalhadores.

UM GRUPO DE MILICIANOS

MANIFESTAÇÃO  
DOS  
FUNCIONÁRIOS  
PÚBLICOS



No dia 8 de Julho, convocados por uma cadeia telefónica entre os diversos departamentos, milhares de trabalhadores da função pública manifestaram-se contra a forma reacçãoária como tinham sido concedidos os aumentos. Concentrados em frente a S. Bento, gritaram por «justiça». Essa justiça foi-lhes parcialmente feita, já que o ex-ministro da Coordenação Económica, dirigindo-se-lhes, lhes prometeu que a forma do aumento iria ser revista.

SÓ QUE NADA ESTÁ DECIDIDO PELOS PRÓPRIOS TRABALHADORES SOBRE O QUE ACHAM QUE É A SUA JUSTA REMUNERAÇÃO, NEM QUAL A RESPOSTA DO GOVERNO AO CADERNO REIVINDICATIVO QUE HÁ SEMANAS LHE FOI APRESENTADO.



## EFACEC-INEL EM GREVE

Com base na conferência de imprensa realizada pelos trabalhadores da EFACEC-INEL (Lisboa) no dia 9 de Julho, redigimos esta pequena notícia, que se procurará desenvolver no próximo número.

1076 trabalhadores da EFACEC-INEL (sector comercial do Sul) entraram em greve no dia 8 de Julho, depois de negociações com a Administração que se prolongaram durante mais de um mês e em que esta, por todos os processos, procurou retardar e dividir os trabalhadores em luta.

No início da luta, a única organização era a mesa da assembleia que dirigiu os trabalhos. Com o desenrolar da luta, novas formas de organização surgiram. Constituiu-se a Comissão de Defesa dos Trabalhadores, que integra representantes de todos os grupos profissionais da empresa. A Comissão Cultural leva a efeito realizações que ocupam activamente os trabalhadores em greve. A Comissão de Informação assegura os contactos com o exterior. Durante os dois primeiros dias de greve, editaram-se dois números do jornal da greve.

As instalações encontram-se permanentemente ocupadas, assegurando-se que a quarta parte dos trabalhadores esteja presente durante a noite.

Os trabalhadores impedem a entrada nos edifícios da empresa aos administradores e aos elementos (2) cujos inquéritos de saneamento estão a ser realizados.

NESTE NÚMERO:

IMPrensa OPERÁRIA  
GREVE DOS TRABALHADORES RURAIS ALENTEJANOS

# GREVE NO MONTOITO

## A LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS DO ALTO ALENTEJO

Com base num inquérito prosseguido entre cerca de uma dezena de proletários agrícolas de Montoito, foi redigido o seguinte artigo:

Os trabalhadores rurais de Montoito (cerca de 200), na região de Évora, decidiram em fins de Maio exigir ao patronato um aumento dos seus miseráveis salários. Deliberaram colectivamente reivindicar um pagamento de 20\$00 por cada hora de trabalho, igual para todos os trabalhadores do sexo masculino.

Esta reivindicação manteve-se durante cerca de quatro semanas.

Ao fim deste tempo, os agrários, numa tentativa de divisão dos trabalhadores, concederam o aumento aos tractoristas (que são uma minoria) e negaram qualquer aumento aos trabalhadores de braço. Desta forma, tentaram arranjar simpatias num grupo restrito de trabalhadores (os tractoristas), pensando que, com essa manobra, os separariam da luta dos restantes proletários. Tencionavam, assim, vir a usar os tractoristas como intermediários nas negociações com os restantes trabalhadores.

Mas os tractoristas mantiveram-se ao lado dos restantes trabalhadores, não caindo na armadilha dos patrões, e recusaram-se a quebrar a solidariedade dos explorados.

Em resposta a esta tática do patronato, os trabalhadores reuniram-se no domingo, 23 de Junho, em Montoito, e decidiram:

1.º) Abandonar a reivindicação anterior de 20\$00 por hora para todos os trabalhadores ho-

mens e exigir as reivindicações expressas na Convenção de Trabalho de Beja, que tinha sido adoptada para algumas regiões do Baixo Alentejo.

Como veremos mais à frente, as propostas desta Convenção eram já muito diferentes das posições a que, por si, os trabalhadores de Montoito tinham chegado. O aspecto principal das reivindicações iniciais dos trabalhadores de Montoito era a igualdade de salários para todos os proletários. A Convenção de Trabalho de Beja vai introduzir elementos importantes de desigualdade salarial e diversificar muito os escalões profissionais.

2.º) Decidiram eleger colectivamente, naquela assembleia de todos os trabalhadores, uma comissão de seis trabalhadores que os representassem nas negociações com o patronato. Esta comissão veio depois a transformar-se em Comissão Pró-Sindicato.

É importante salientar que os trabalhadores não deram aos seus representantes capacidade de decisão independente. As propostas dos representantes dos trabalhadores teriam que ser apresentadas em reunião geral dos trabalhadores, para serem votadas por estes e, se a forma de actuação dos representantes não fosse do agrado dos trabalhadores, estes seriam mudados por outros.

Esta forma de organização é exemplar. Os representantes dos trabalhadores têm que ser estreitamente controlados pelas massas trabalhadoras, que só desse modo se podem assegurar da execução da sua vontade.

3.º) Decidiram entrar em greve a partir do momento em que os patrões rejeitassem as suas reivindicações.

Na segunda-feira, dia 24 de Junho, após a resposta negativa dos agrários, os trabalhadores entraram em greve total. Os 200 trabalhadores rurais da região de Montoito mantiveram a greve durante dez dias.

Na primeira semana conduziram a greve isoladamente, mas a partir da semana seguinte tiveram o apoio dos trabalhadores das regiões vizinhas: Nossa Senhora de Machede, Vendinha, Reguengos de Monsaraz e região de Monte Virgem.

Na segunda-feira, 1 de Julho, reuniram-se no Grémio da Lavoura de Évora 6 representantes dos trabalhadores das regiões em luta, 6 representantes dos patrões, um elemento das Forças Armadas e um elemento do Instituto Nacional do Trabalho.

Nessa reunião, o patronato propunha a seguinte escala de salários:

trabalhadores permanentes (tractoristas trabalhando com ceifeiras) .....	170\$00
outros tractoristas .....	160\$00
trabalhadores em trabalhos pesados .....	150\$00
trabalhadores indiscriminados .....	140\$00

Além disto, os agrários propunham pagar as horas extraordinárias com mais 25%, propunham a semana de 48 horas e os domingos e feriados pagos a dobrar.

No que se refere às mulheres, os patrões não se propunham assegurar qualquer trabalho e limitavam-se a oferecer, no caso

de haver trabalho, 90\$00 para as ceifeiras e 80\$00 para as restantes.

Com esta tática quanto às trabalhadoras, os agrários procuram pagar salários baixos e manter um grande desemprego feminino. Este desemprego, permite-lhes, quando precisam de aumentar o número dos trabalhadores que exploram, obter mão-de-obra feminina a salários muito baixos, dada a grande oferta.

Além disso, a grande diversidade de salários tem como finalidade criar cisões entre os trabalhadores e formar uma minoria relativamente mais bem paga, que os patrões procuram afastar da massa proletária e virar contra ela.

A esta proposta dos agrários, os trabalhadores opunham as reivindicações da referida Convenção de Trabalho de Beja, cujos pontos essenciais são os seguintes:

Por 8 horas de trabalho, recebiam, os tractoristas ...	190\$00
outros trabalhadores homens	160\$00
mulheres .....	120\$00

tem uma base diferente das reivindicações iniciais dos trabalhadores de Montoito. Estes começaram por não defender quaisquer diferenciações salariais entre os trabalhadores masculinos. Porque é que abandonaram o espírito inicial da sua proposta e aceitaram a Convenção de Beja, que permite desde logo uma divisão entre tractoristas e restantes trabalhadores? Serão os tractoristas os trabalhadores de trabalho mais pesado?

— Não — respondem os trabalhadores de Montoito — mas eles têm mais responsabilidade, porque tomam conta das máquinas e são poucos, por isso os patrões têm interesse em mantê-los.

Na verdade, os tractoristas têm certos conhecimentos técnicos que outros trabalhadores não possuem. A burguesia joga com essas diferenças para criar barreiras entre os trabalhadores, querendo convencer os que possuem conhecimentos técnicos de que são mais «importantes» do que os outros. Mas nós devemos lutar contra esta tática

Durante a greve dos trabalhadores de Montoito e regiões vizinhas, só um trabalhador foi despedido — F.

Era um elemento da Comissão Pró-Sindicato, eleito pelos trabalhadores para os representar nas negociações com o patronato.

A proprietária das terras onde trabalhava, nas Aldeias de Montoito, assustada com o decorrer da greve, apelou para o Grémio da Lavoura, dizendo que um seu empregado tinha sido agredido pelos trabalhadores em greve. Esta informação foi imediatamente desmentida por F., que se encontrava na propriedade à hora em que a proprietária dizia ter ocorrido o acontecimento.

A patroa, até aquela altura já não satisfeita por um trabalhador seu pertencer à Comissão Pró-Sindicato, encontrou a forma de o poder despedir e de o fazer abandonar as instalações que detinha na propriedade.

Quando a greve terminou F. foi falar com a patroa, fazendo-a reconhecer que em face da proposta aprovada entre os trabalhadores e o patronato ela não poderia despedi-lo. A patroa aceitou manter-lhe o contrato — isto é, pagar-lhe até fins de Agosto — desde que F. não trabalhasse mais nas suas terras.

Tão grande é o medo que os patrões têm de um proletário revolucionário, que preferem pagar-lhe sem que ele trabalhe, a que trabalhe e desenvolva a luta dos seus camaradas!

A semana de trabalho seria de 44 horas, com o pagamento de 50% a mais das horas extraordinárias e das de sábado à tarde. O trabalho aos domingos e feriados seria pago a dobrar. O trabalho seria assegurado para todos os homens e mulheres cabeça de casal.

da burguesia para dividir os trabalhadores.

Os trabalhadores não devem lutar só por melhores salários. Devem lutar também contra o regime do assalariamento, todo ele baseado na injustiça. Quando os trabalhadores de Montoito reclamavam inicialmente um salário igual para todos os trabalhadores masculinos, estavam a ir direitos a uma das

Podemos ver, agora, como a Convenção de Trabalho de Beja

(Continua na pág. 7)



# EDITORIAL

## A Confederação da Indústria foi criada.

São representantes de cerca de três quartos das empresas portuguesas que se reúnem numa organização única com o fim de estabelecerem, de comum acordo, as linhas gerais de um programa de desenvolvimento capitalista e de se consultarem mutuamente sobre a tática a empregar na luta contra a classe proletária e todos os trabalhadores.

É claro que, nessa Confederação da Indústria, são os grandes capitalistas, os Melo e os Champalimaud, os Quina, os Cupertino e os Espírito-Santo quem, graças ao seu poder económico, dominam todas as decisões. Mas pertencem também à Confederação os médios industriais e muitos dos pequenos industriais. O que quer dizer que a classe capitalista forma um todo e, apesar das suas lutas internas, os médios e os pequenos capitalistas estão ligados à alta finança quando se trata de tomarem grandes decisões e de se unirem contra o proletariado.

A Confederação da Indústria constitui, pois, o bloco único do capitalismo português. Ela é o principal sustentáculo da repressão, o primeiro apoio dos opressores.

E, ainda mal acabada de nascer, altas figuras a apadrinharam. Foi diante do General Spínola, diante do primeiro-ministro do Governo Provisório, diante do ministro da Coordenação Económica que as cabeças do capital expuseram o seu programa. Ao governo oferecem — que é a linguagem diplomática para impõem — o seu apoio. A ele pedem — que é a linguagem diplomática para mandam — uma colaboração estreita. Diante dos governantes, é o posso, quero e mando do capital.

Mas há que estranhar? Não é o capital, enquanto existir, o dono do mundo, com o seu governo e as suas «liberdades»?

Contra os trabalhadores em greve vemos erguerem-se múltiplas tendências políticas: são os discursos das principais figuras da Junta de Salvação Nacional. São os discursos do

Governo Provisório. São as declarações de ministros. É a campanha da Imprensa, da televisão, da rádio. Mais grave ainda: é o planeamento do assalto militar contra os trabalhadores dos CTT em greve, precedido de comícios públicos organizados por um dos partidos governamentais (o Partido Comunista) em que os grevistas dos CTT foram miseravelmente caluniados. Como no Porto, na Praça da Batalha, em que numa manifestação anti-grevista organizada pelo PCP se gritou «vão trabalhar, malandros»! Contra os trabalhadores em greve, ergue-se o governo, com os seus colaboradores, com os seus jornais. Todos eles procuram rachar a solidariedade operária. Todos tentam quebrar a unidade dos trabalhadores.

Mas, contra a Confederação da Indústria quem se ergueu? Quem atacou e denunciou o estado-maior do capitalismo português? Quem combateu a frente organizada da exploração e da reacção? Nem foi o presidente da República, nem o primeiro-ministro, nem o ministro da Coordenação Económica. Muito menos foi o ministro do Trabalho, que deu início à colaboração com a Confederação da Indústria mal esta foi criada.

Cai tão rapidamente a máscara aos pretensos «libertadores» de há dois meses e tal!

É que o capital, na ânsia de explorar, não dá tréguas longas. São bonitos, os cravos, mas murcham depressa. As flores na lapela, a burguesia prefere os lucros na carteira, ainda que assim contribua para mostrar mais rapidamente quem são os governantes e o que pretendem os partidos governamentais.

Camaradas:

São muitos, hoje, os que se dizem amigos dos trabalhadores e defensores dos seus interesses. Mas basta olhar. Quando os trabalhadores lutam contra a miséria e a exploração, de que lado estão esses «amigos»? Do lado dos grevistas, ou do lado da Confederação da Indústria, da frente unida dos capitalistas?

Basta olhar.

# INTERNACIONALISMO

Desde que o capitalismo se expandiu a todo o mundo, são os mesmos os problemas fundamentais do povo trabalhador. Por diferentes que sejam certos aspectos tradicionais da vida em cada país ou em cada região, a compreensão e a solidariedade entre os trabalhadores realiza-se porque todos têm em comum o problema fundamental da exploração.

Em todo o mundo o capitalismo se desenvolveu como um terrível sistema de exploração e de opressão. Por todo o mundo o capitalismo criou e desenvolve a frente unida dos trabalhadores contra a exploração e a opressão.

## CONHECER AS LUTAS DOS TRABALHADORES DE OUTROS PAÍSES

É muito importante para os trabalhadores de um país o conhecimento de problemas sentidos pelos trabalhadores dos outros países e das formas de luta por eles experimentadas. O facto de serem comuns os problemas básicos dos explorados faz com que as lições extraídas da luta de uns possam ser aplicadas na luta dos outros. Vejamos muito rapidamente dois casos que podem servir de exemplo.

## OS SINDICATOS REFORMISTAS NA ALEMANHA

Na Alemanha (República Federal), o patronato, através dos dirigentes sindicais reformistas, procura enquadrar os trabalhadores numa organização sindical que não só impossibilita completamente a sua luta autónoma, como aumenta ainda a eficácia da máquina de exploração capitalista.

Em primeiro lugar, os sindicatos são altamente burocratizados e completamente separados do local de produção, fábrica ou unidade rural. Existe um número muito reduzido de sindicatos (17), que não desenvolvem a unidade operária porque não consistem na união de comissões sindicais de base, emanadas dos trabalhadores da empresa, mas sim uma cúpula de vís burocratas sindicais, que têm em cada empresa as suas sucursais. Quer dizer: os «representantes» sindicais numa empresa não dependem dos trabalhadores dessa empresa, mas sim dos burocratas sindicais e, portanto, dos capitalistas que estes servem.

Em segundo lugar, o capitalismo alemão está a preparar uma transformação do sistema de gestão das empresas, que associe os

representantes sindicais acima descritos com os capitalistas proprietários das empresas. Procura, assim, conseguir dois objectivos. Por um lado, aumentar a produtividade da empresa, visto que esses agentes sindicais reformistas conhecem melhor do que o patronato certos problemas. Por outro lado, tenta-se uma operação demagógica que consiste em dizer aos trabalhadores que estes estão «associados» ao capital, sob o pretexto de que os burocratas sindicais participam na gestão das empresas. É certo que os trabalhadores ficam, deste modo, mais «associados» ao capital — mas associados com algebras!

Reparem como esta situação é semelhante à do Portugal de hoje. Também cá os capitalistas, através do Governo e da Junta, favorecem a criação de uma direcção sindical única — a Intersindical reformista — constituída de modo completamente anti-democrático, porque as direcções sindicais não ouviram as bases para tomar a decisão da sua filiação na Intersindical. Ela é inteiramente separada dos trabalhadores e só serve para travar a luta dos trabalhadores e contrapor-se às suas decisões. Entre nós também certas empresas, como por exemplo a

TAP (ver artigo no 1.º número de Combate), associam aos capitalistas na gestão da empresa elementos oriundos dos trabalhadores, mas escolhidos em violação da democracia, sobre os quais as massas trabalhadoras não têm qualquer controlo e que, por isso mesmo, se separam inteiramente dos trabalhadores e se tomam verdadeiros capitalistas.

## NA INGLATERRA: COMO OS CAPITALISTAS AUMENTAM A PRODUTIVIDADE

Outro exemplo elucidativo vemos na Inglaterra, nos finais do ano passado. Em consequência das dificuldades de abastecimento em matérias-primas, especialmente em petróleo, a semana de trabalho foi reduzida para três dias durante algum tempo. Pois bem, a produção total diminuiu somente de 10 % a 20 %, ou seja, o tempo de trabalho diminuiu de quase metade mas a produção só baixou de cerca de um décimo. Isto quer dizer que a produtividade do trabalho aumentou consideravelmente.

Capitalistas um pouco mais evoluídos não ignoram que a fa-

diga causada por tempos de trabalho demasiado longos prejudica a produtividade do trabalhador. Não se importam, por isso, de baixar o tempo de trabalho, porque sabem que compensarão em mais mercadorias produzidas o que perdem no tempo de trabalho.

Em Portugal, com a redução dos tempos de trabalho que os trabalhadores em luta conseguiram arrancar, os capitalistas choramingam e dizem que os trabalhadores têm de aumentar a produtividade. Que enorme hipocrisia! Os capitalistas — mesmo os capitalistas portugueses... — não ignoram que os trabalhadores menos fatigados aumentarão sempre a produtividade do seu trabalho e, apesar disso, querem reforçar as normas de produtividade. Isto significa que, diminuindo o tempo de trabalho, não se limitam a ganhar tanto como antes, mas querem ainda ganhar mais do que antes.

O conhecimento das formas particulares da exploração nos outros países capitalistas e da luta dos explorados ajuda-nos, portanto, a desenvolver a nossa luta. Mas não é este ainda o aspecto central do internacionalismo.

(Continua na pág. 7)

# A Imprensa dos Trabalhadores

Nas últimas semanas tem diminuído bastante o número de novas greves e em algumas das empresas em que se vinham a travar longos processos de luta a greve chegou a um termo sem que, em grande parte dos casos, a totalidade das reivindicações dos trabalhadores tivesse sido satisfeita. Qual o significado desta situação?

Não se alegre a burguesia! Esta nova situação não significa que a classe operária e os restantes trabalhadores estejam cansados da luta, nem sequer representa uma pausa para tomar novo fôlego.

A luta dos trabalhadores continua em ascensão e em generalização. Simplesmente, a uma primeira fase, que se desenhava já antes do 25 de Abril mas a que o processo desencadeado no 25 de Abril deu uma amplitude e um vigor inteiramente novos, sucede uma fase de or-

ganização e de consolidação das vitórias alcançadas.

Da grande vaga de greves tiraram os trabalhadores um certo número de lições muito importantes: viram que sem se organizarem eles próprios não conseguiam obter a vitória, nem podiam sequer começar uma luta; viram também que muitos daqueles que desde há tanto tempo se diziam amigos dos trabalhadores ou do partido dos trabalhadores se tornaram ministros no Governo Provisório e se revelavam declaradamente como colaboradores estreitos da burguesia na calúnia e na repressão das greves. Desta grande vaga de greves resultaram também conquistas importantes, nomeadamente no que se refere a uma certa reorganização do trabalho e a uma maior possibilidade de organização dos trabalhadores no local de trabalho.

Em suma, os trabalhadores conquistaram novas possibilidades de se organizarem ao nível das fábricas e das empresas enquanto, por outro lado, o comportamento das correntes reformistas colaboradoras no Governo Provisório ensinava que só nas suas forças e nas organizações por eles próprias criadas, mantidas e controladas é que os trabalhadores podem confiar.

Por isso, a fase actual é principalmente de consolidação das conquistas através do reforço da organização dos trabalhadores no local de trabalho.

Dentro deste objectivo, têm uma importância muito grande os jornais de fábrica ou de sectores que começam a aparecer. Esses jornais são o eixo da imprensa trabalhadora, pelos trabalhadores fundada, escrita e difundida. São um dos principais meios de organização au-

tónoma dos operários e restantes trabalhadores. É o aparecimento desses jornais de fábrica que mostra que, dentro da fase actual de organização e consolidação, a luta continua em ascensão.

O jornal Combate, dentro do seu objectivo de ser uma tribuna dos próprios trabalhadores em luta, considera como uma das suas mais importantes tarefas a divulgação da imprensa trabalhadora de fábrica ou de sector profissional. Deste modo, não só incitamos todos os trabalhadores a criarem, nas suas fábricas, os seus próprios jornais, como, através da divulgação dos seus textos mais importantes, contribuímos para a generalização das experiências de cada luta particular e para a unificação das lutas no grande combate contra o capitalismo e toda a sociedade de exploração e de opressão.

Do n.º 2 de A Força Operária, jornal editado pelos operários do sector dos lanifícios e dos têxteis, que é dos que mais se tem distinguido na luta, transcrevemos o artigo seguinte, sobre o problema dos despedimentos e do desemprego.

Os despedimentos são, no momento actual, uma táctica generalizada dos capitalistas. As

tendências reformistas querem convencer os trabalhadores de que os despedimentos se devem ao facto de muitos trabalhadores terem conseguido impôr, na luta, maiores aumentos de ordenados. Isto é, os reformistas põem o trabalhador entre a espada e a parede: ou ganhar salários de fome, continuando empregados; ou lutar por uma

vida mais decente, e serem desempregados. Contra esta chantagem dos patrões e dos seus agentes reformistas, os trabalhadores respondem: Não só obrigamos o patrão a pagar salários mais elevados, como lutamos contra todos os despedimentos! E esta é a lição principal que se pode tirar do artigo que passamos a transcrever.

## JORNAL DA SOGANTAL N.º 1

O NOSSO JORNAL É PEQUENO, MAS É GRANDE A NOSSA LUTA

A greve das 48 operárias da Sogantal rapidamente se tornou conhecida. Estas operárias conduziram uma das lutas mais importantes deste momento, tendo tomado conta da produção e da venda dos fatos de treino para garantirem as condições materiais do prosseguimento da sua luta.

Deste modo, as operárias da Sogantal puderam ver na prática que bastam os trabalhadores para assegurarem a produção e verificar a inutilidade dos patrões e dos exploradores.

Esta é a lição principal que as operárias da Sogantal dão a todos os trabalhadores. A sua luta que neste aspecto é exemplar deve ser amplamente divulgada.

«A Sogantal, como todas as empresas de capital estrangeiro, instalou-se em Portugal para aproveitar as condições altamente lucrativas que a exploração dos trabalhadores portugueses oferecia. E isto devido aos salários de miséria que podia pagar, e devido também à «docilidade» dos trabalhadores garantida por toda uma repressão que, começando no local de trabalho se estendia até à bem conhecida acção das várias polícias.

«Num momento em que as trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas e dão mostras de ter capacidade e iniciativa para lutarem pelos seus interesses, e em que o patronato se vê obrigado a pagar salários menos miseráveis, a LAMONT pretende encerrar as suas instalações em Portugal, mostrando claramente que aqui apenas vinha buscar lucro fácil.

«Portanto, nós trabalhadoras da Sogantal não podemos tolerar esta situação. Não podemos ser despedidas e lançadas na miséria só porque alguns capitalistas franceses que nos exploram desenfreadamente, não querem agora satisfazer as nossas justas reivindicações. É tempo de acabar com situações como esta.

«Portanto só duas soluções nos restam:

— ou os capitalistas franceses da

Lamont satisfazem as nossas reivindicações, nos pagam os salários que nos estão a dever e mantêm a fábrica aberta;

— ou então tem que nos ser garantido trabalho, na fábrica onde trabalhamos ou em qualquer outra, e até lá têm que nos ser garantidos os nossos salários.

«Para qualquer destas soluções é indispensável que o Governo Provisório e particularmente os Ministros do Trabalho, da Coordenação Económica e dos Assuntos Sociais assumam as suas responsabilidades para com a classe trabalhadora portuguesa. Desde já afirmamos a nossa disposição de lutar até final e não hesitamos em adoptar as formas de luta que melhor servirem os nossos interesses de trabalhadoras.

AS OPERÁRIAS DA SOGANTAL

Para compra de fatos de treino contactar com:

**SOGANTAL**  
 Telef. 23 12 88  
**SIND. DAS COSTUREIRAS**  
 Telef. 55 55 71  
**SIND. DOS TEXTEIS**  
 Telef. 36 56 48

## A FORÇA OPERÁRIA



Journal de operários de lanifícios e têxteis

### «DESPEDIMENTOS»

«Como se sabe, a greve é a melhor arma de que os trabalhadores dispõem para conseguirem arrancar aos patrões aquilo a que têm direito.

«Foi isso que trabalhadores e operários fizeram e continuam a fazer por todo o país, para obterem aumentos de salários e outras regalias, tais como: mais dias de férias com subsídio, 13.º mês no fim do ano, redução do número de horas de trabalho, melhores condições de higiene e segurança nas fábricas, eliminação de prémios de produção ou outros, e ainda o afastamento de certos indivíduos indesejáveis.

«A resposta dos patrões a todo este movimento de greves não se fez esperar!

«Desesperados por verem assim diminuir os lucros, trataram de pôr na prática novas maneiras de ir buscar outra vez esse dinheiro, porque lá viver com menos é que eles não admitem. A arma dos operários que é a greve, os patrões respondem agora com as suas miseráveis armas: exigências de maior produção, aumento dos ritmos de trabalho, policiamento dentro das secções, ameaças de fechar as fábricas, e, finalmente, os despedimentos! Todas estas medidas repressivas levam a um péssimo ambiente de receio e desconfiança entre os operários.

«Mas o mais grave de tudo é, sem dúvida, o despedimento que tira o pão a quem tudo produz.

«Desde o momento em que nos conseguimos a unir para conseguir melhores salários, e que foi fixado como salário mínimo nacional os 3300\$00 (que estão muito longe de ser aquilo que precisamos), já alguns milhares de operários foram despedidos, e continuam a ser todos os dias. Estes despedimentos são sem justa causa, e a primeira explicação para eles, é aquilo que já se disse: os patrões não querem ver baixar os lucros conseguidos com o nosso trabalho.

«Assim numa fábrica com 200 operários, por exemplo, são despedidos

cont. quando analisamos os sectores do tráfico e da estiva, sobretudo a situação dos trabalhadores suplentes, que são os mais desprotegidos no trabalho portuário. É preciso saber o que é mais conveniente fazer-se não para defesa de minorias mas para a defesa de todos.

«Até hoje os trabalhadores do tráfico e estiva têm considerado como «justa» a divisão que existe entre suplentes e sócios efectivos; acham até que a passagem de sócio suplente a sócio efectivo se encontra perfeitamente fundamentada através da promoção pelo maior número de dias de trabalho prestados anualmente pelos trabalhadores às diversas entidades patronais. Os trabalhadores que assim pensam não sabem que, sem quererem, estão a fazer jogo que os patrões pretendem: não sabem que esse critério é autenticamente fascista:

«O objectivo principal dos que impuseram essa divisão e promoção era fomentar a competição e a rivalidade entre os trabalhadores. Nenhum trabalhador consciente e politizado pode estar de acordo com esta situação que só visa enfraquecer a unidade e força combativa dos portuários.

«O trabalhador suplente é obrigado a entrar em competição e a rivalizar com os seus camaradas de trabalho, vindo nesta ocasião o único meio de se libertar duma situação sindical que o inferioriza perante os seus colegas efectivos, situação essa que lhe foi imposta e que no seu íntimo renega por considerá-la injusta.

«Não nota, porém, que ao entrar na competição e na rivalidade, está colaborando inconscientemente no jogo de interesse de tal minoria privilegiada. E esta minoria é que é de facto laçada consciente do patronato pretendendo manter a discriminação e dividir assim os trabalhadores, a fim de obter os trabalhos mais rendosos e mais fáceis de realizar.

«Tais rivalidades no seio dos suplentes geram a desunião, a desconfiança e a descrença nas justas reivindicações que eles pretendam travar pela defesa dos seus direitos associativos e pela igualdade no acesso ao trabalho.

«CAMARADAS! No sindicato um suplente é um sócio como qualquer outro. Por força do contrato colectivo

(Continua na pág. 6)

BOLETIM DOS TRABALHADORES DO PORTO DE LISBOA

# O NOVO PORTUÁRIO

N.º 9 JUNHO DE 1974

O Novo Portuário, órgão dos trabalhadores do porto de Lisboa, analisa um problema muito importante: como se devem os trabalhadores organizar para impedir que os sindicatos passem para o lado do patrão ou tomem atitudes reformistas?

Só a vigilância dos trabalhadores e a sua organização no local de produção lhes pode garantir o controle sobre a actuação do sindicato. Só desse modo é que o sindicato pode, realmente, representar os trabalhadores.

### CAMARADAS PORTUÁRIOS:

«É lastimável a indiferença que os trabalhadores portuários continuam a demonstrar pelos problemas sindicais. Este alheamento, que já vem de longe, pode comprovar-se facilmente: basta reparar na reduzida assistência que têm as assembleias gerais do sindicato da estiva e do tráfico.

«É evidente que esta indiferença dos trabalhadores, quer pela vida sindical, quer pelos problemas políticos que se relacionam com a sua condição de trabalhadores, só pode prejudicar — e prejudica de facto — as suas reivindicações imediatas, e até as mais elementares.

«É certo que não devemos ter ilusões sobre os sindicatos: já sabemos que eles não podem resolver a nosso conteúdo todos os problemas dos trabalhadores, e também sabemos que estes não podem — nem devem — confiar cegamente no seu sindicato e nos seus dirigentes.

«A luta sindical tem de ser acompanhada pela organização dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, em comissões autónomas (designadas dos sindicatos), comissões livres que tenham por finalidade discutir e defender os interesses dos portuários. Estas comissões devem mesmo criticar e discutir as decisões dos sindicatos em reuniões, assembleias, etc, podendo interferir até na orientação sindical, sempre que esta recuse a defesa dos interesses da classe trabalhadora. Estas comissões autónomas dos trabalhadores são absolutamente necessárias para os trabalhadores controlarem e vigiarem o bom andamento dos trabalhos e das reivindicações sindicais.

«Mas como será possível criar estas comissões autónomas se elas só podem existir com trabalhadores combativos empenhados na defesa dos interesses de toda a classe?

«Estas comissões só serão possíveis com o aumento da consciência política dos trabalhadores portuários e com um trabalho de formação política verdadeiramente adequado às realidades do nosso sector.

«Para isso é necessário que os trabalhadores se organizem para discutir e resolverem colectivamente os seus problemas e se unam nessas lutas.

«A desorganização da «classe» permite que ameia dúzias de gananciosos tenham rédeas soltas para manobrar à vontade amplas massas de trabalhadores do Porto de Lisboa. Referimo-nos à minoria de privilegiados que existem no próprio seio dos trabalhadores. Essas minorias colaboram com os patrões e defendem interesses que se revelam profundamente afastados dos legítimos anseios dos portuários. São esses interesses individuais (que ao fim e ao cabo só favorecem uma minoria de trabalhadores), que realmente impedem a «classe» de atingir melhores condições de vida e de trabalho, atrasando a sua emancipação. Assim se explica a indiferença de os muitos trabalhadores deste sector perante os problemas sindicais e políticos.

«Infelizmente, tal situação irá manter-se ainda por largo tempo dada a permanência no seio da «classe» de indivíduos cuja actividade durante o regime interior se caracterizou pela mais descarada colaboração com os exploradores do trabalho. Colaboração essa que se fez de vários modos, muitas vezes através duma agressão psicológica aos trabalhadores mais desprotegidos.

«É claro que tais elementos feitos com o anterior regime irão continuar a servir o patronato através de métodos oportunistas, tendo apenas em mira defender os interesses individuais e egoístas, e continuarão a ser, como sempre foram, os traidores da classe trabalhadora.

«Camaradas: se queremos realmente defender os legítimos interesses dos trabalhadores, é preciso ter em

QUINZENAL DOS TRABALHADORES DA T. M. X.

# A NOSSA VOZ

Os operários, os trabalhadores para conseguirem a vitória têm que se organizar e unir

### «O 25 DE ABRIL»

«O 25 de Abril marca o início da queda do fascismo no poder, mas isso não significa de maneira nenhuma que o fascismo tenha sido totalmente destruído em Portugal.

«O fascismo não é apenas a queda do governo nem a prisão dos pides!

(Continua na pág. 6)

que um novo número do jornal dos trabalhadores da Timex seria de grande importância.

Do jornal dos trabalhadores da Timex transcrevemos já um artigo sobre as 40 horas de trabalho no primeiro número de Combate. Parece-nos útil transcrever agora um artigo em que se explica a razão de ser do jornal da Timex e a sua importância para a luta dos trabalhadores.

### TIMEX O «PORQUÊ» do jornal

«Era já ideia «velha» de alguns trabalhadores a publicação de um jornal da TMX mas, porque não davam bases nem auxílio para a sua construção, era retardada de ano após ano, pois tal órgão informativo podia ser uma arma contra a for-

(Continua na pág. 6)

# A FORÇA OPERÁRIA

(Continuação das págs. 4-5)

«Em Barcelos, uma fábrica de malhas despediu 30 operárias, enquanto outra, a Lijotex, além de pôr na rua parte do pessoal, reduziu a semana de trabalho para 4 dias, não sendo pagos os restantes, claro!

«Nas outras cidades onde há fábricas, o panorama é o mesmo, sejam as fábricas grandes ou pequenas.

«A desculpa que os patrões vão buscar é de que não podem pagar tais salários, que estão à beira da falência, e que, as coisas a continuar assim, terão de encerrar as fábricas. Tudo isto não passa de conversa fiada, como se viu com o caso da Empresa Fábrica de Malhas, de Coimbra: esta firma despediu as 50 mulheres que lá trabalhavam e encerrou as portas, dizendo à administração que estavam falidos. Afinal, e conforme se veio a apurar depois, a situação económica da empresa é até muito boa. Então por que é que encerraram? Naturalmente, estes capitalistas começaram a ver que a pagar pelo menos os 3 300\$00, as malhas já não lhes iam dar os lucros fabulosos que eles queriam, e agora vão empregar esse capital (ganho com o esforço de trabalho das 50 mulheres que foram para a rua) de outra maneira qualquer, por exemplo, em sectores que tenham mais futuro e que lhes deixem mais lucros.

«Além disso, é de ter em conta que, quanto mais gente estiver de

sempregada mais baixos se tornam os salários, porque havendo mais pessoas à procura de trabalho, os trabalhadores são obrigados a aceitar o que eles, patrões, quiserem dar!

«Também devemos saber que nisto dos despedimentos, tanto despedem as pequenas empresas (como esta de Coimbra), como as médias ou as grandes. Tão capitalistas exploradores são uns como outros — a força de cada um é que varia. Em Vila Nova de Famalicão, no Norte, existe a maior empresa de têxteis do país, a «Manuel Gonçalves», com 3 000 operários. Mesmo assim, o patrão anda a ameaçar que vai fechar, «porque não tem dinheiro para pagar os salários!!!»

«A todos estes «choradinhos», os trabalhadores têm de manter-se unidos e firmes nos seus locais de trabalho, têm de se organizar convenientemente em comissões operárias, eleições pelos próprios trabalhadores, têm de não permitir nem um só despedimento dum colega, e achamos que o comportamento dos colegas da «Manuel L. Henriques» é um bom exemplo de atitude a tomar. Para mais, o Ministério do Trabalho tem garantido que os despedimentos colectivos estão proibidos, e é bom que todos saibamos isto.

«Em cada fábrica, em cada secção devemos discutir em conjunto as melhores formas de responder a este ataque dos patrões.»

Agradecemos ao jornal «Sempre Fixo» a referência feita à saída do primeiro número de «Combate».

No entanto, gostaríamos de perceber o que contribuiu para que o ponto oitavo do nosso Manifesto tivesse ficado no tinteiro.

Esse ponto tem o título seguinte:

**O EXÉRCITO E O MILITARISMO SÃO ARMAS DA BURGUESIA QUE IMPORTA DERRUBAR NA LUTA PELO ARMAMENTO GERAL DOS TRABALHADORES.**

Aproveitamos para informar todos os leitores e todos os camaradas que divulgam este jornal de que temos os exemplares do Manifesto do «Combate», que distribuimos a quem o desejar.



Desenho em A Força Operária n.º 2, Junho de 1974

# JORNAL DOS TRABALHADORES DE TRÓIA

(Continuação da pág. 5)

«O fascismo está ainda dentro do nosso país em parte do exército, nas polícias, nos Ministérios, nas empresas (em Tróia é do conhecimento de todos).

«Nós, trabalhadores, temos que estar vigilantes e destruímos para sempre os fascistas que ainda vivem no nosso meio.

E a melhor maneira de destruímos para sempre o fascismo, assim como todas as outras formas de capitalismo, é atirarmo-nos para a frente na justa luta pelos nossos interesses, mas organizados em Comissões de Obra, de Fábrica, de Bairro, para que possamos tomar em nossas próprias mãos a defesa das lutas e direitos das classes trabalhadoras.

«A mudança verificada com o 25 de Abril permitiu a todos os trabalhadores conquistar várias liberdades, como de associação, de expressão, etc., e permitiu, ainda, que os trabalhadores se reunissem para discutir os seus problemas e avançarem na sua libertação de explorados.

«Mas, como todos sabemos, os que antes do 25 Abril nos exploravam continuam a explorar-nos.

«Até hoje os patrões são os mesmos, isto é, os mesmos exploradores continuam a explorar os mesmos trabalhadores.

«Se assim é, temos que concluir que no importante nada mudou.

«Continuamos a ser explorados, continuamos a produzir muitos lucros e continuamos a receber umas migalhas do que nós e só nós produzimos.

«Portanto, perante isso, só podemos tomar uma atitude — tirar partido das pequenas liberdades que conquistamos e continuar cada vez mais decididos na luta.

«Os trabalhadores não tem ilusões — o 25 de Abril não se destinou a derrubar a burguesia, mas a salvá-la.

«O 25 de Abril não se destinou a dar o poder às massas trabalhadoras, mas a melhorar o regime em que funciona o poder da burguesia capitalista.

«Cabe a nós, operários e trabalhadores, derrubar a burguesia e destruir o regime burguês capitalista.»

# O NOVO PORTUÁRIO

(Continuação da pág. 4)

de trabalho a que os trabalhadores do sector estão vinculados, o suplente recebe o mesmo salário que o sócio efectivo. Ele executa as mesmas tarefas, face às exigências do trabalho em si. Está submetido ao pagamento duma quotização igual para todos os trabalhadores. Com essa quotização, ele sustenta o organismo sindical de que é membro.

«Sim, camaradas, nós somos iguais nos deveres, mas não somos iguais nos direitos. Com que razão nos põem em segundo plano no acesso ao trabalho? Não temos nós também um lar e uma família para sustentar?»

«Só há uma explicação para isso. É a existência de indivíduos corrompidos por 48 anos de fascismo.

«Conclusão: os que se aproveitam ainda desses privilégios prejudicando os outros trabalhadores, são tanto ou mais fascistas do que aqueles que impuseram tais métodos divisionistas no seio dos trabalhadores.

«CAMARADAS SUPLENTE: passar de suplente a efectivo é sair de uma situação injusta para uma situação na qual temos mais garantias de acesso ao trabalho. Mas não podemos consentir que as direcções sindicais dividam a seu belo prazer os suplentes, passando duzentos ou trezentos dos nossos camaradas para o quadro dos efectivos. Se permitirmos essa manobra deixaremos atrás de nós outros camaradas numa situação injusta, que repudiamos, sujeitando-os a eles à mesma discriminação e humilhação a que estávamos sujeitos.

«Camaradas, trabalhadores jovens,

o futuro é nosso. Não nos deixemos empalmar por aqueles que só têm em vista a defesa dos seus interesses pessoais e egoístas. Saibamos aproveitar as contradições existentes no seio dos trabalhadores para educar politicamente toda a «classe», abolindo privilégios que só nos dividem, lutando por uma unidade cada vez mais forte contra o verdadeiro inimigo: a Classe Burguesa, o Sistema Capitalista.

«Em nome da fraternidade que deve unir a classe operária, em nome da luta anti-capitalista, quando chegar a hora da passagem de suplente a efectivo, devemos todos formar barreiras para exigir:

«OU PASSAM TODOS OU NÃO PASSA NENHUM!»

«Esta é a palavra de ordem, camarada suplente. Só desta forma podemos acabar com a divisão e a humilhação no seio da «classe». Só desta forma podemos unificar todos os trabalhadores para uma luta em defesa dos interesses, poderemos acabar com os barriouistas infiltrados entre nós.

«Quando éramos da rua» esses barriouistas que nos espezinhavam e exploravam, como reles bestas de carga, a seu belo prazer.

«CAMARADAS, Acabemos com as divisões entre nós! Acabemos com a existência de duas «classes» numas só «classes!»

«Abaixo a discriminação. Erijo-nos a passagem de todos a efectivos! — Eis a nossa palavra de ordem, camarada suplente.

«Em frente na LUTA CONTRA A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA e seus lacaios.»

# A NOSSA VOZ

(Continua na pág. 5)

mação de «carne para canhão» que alimentava as fofalhas da produção capitalista. Nada havia para os trabalhadores se informarem dos seus direitos e divulgarem os seus anseios, pois as poucas leis que os beneficiavam, eram viciadas ou escondidas para melhor servir a exploração que oprimia os operários, tirando todas as formas de luta e liberdade.

«Mas o 25 de Abril veio abrir as portas que durante 48 anos estavam seladas, os corações ainda um pouco oprimidos mas livres, brotaram sangue novo nas veias viciadas pelo fascis-

mo, deram um rosto novo na luta do trabalhador para melhores salários e condições sociais, — é nesta luta que este jornal é formado mas como «nem só do pão vive o homem» ele terá que englobar outros assuntos entre os quais o da formação política que é uma necessidade urgente a reparar, para quando nos perguntarem «o que é um partido» não ficarmos embaraçados.

«CAMARADA, assim tens uma síntese do «Porquê» do teu jornal, esperamos a tua ajuda fazendo com que este jornal não deixe de publicar, enquanto existir, homens de bom senso e com amor à VERDADE.»

A imprensa burguesa tem à sua disposição todos os lucros que os capitalistas retiram do suor dos trabalhadores. Tem as grandes tipografias, tem os grandes meios de difusão, a estreita ligação com a rádio e a televisão. Vinte e quatro horas por dia, a propaganda burguesa lida, vista e ouvida vomita as suas falsidades e as suas calúnias.

Aos trabalhadores, com salários da miséria que mal dão para a subsistência das famílias, são inúmeras as dificuldades materiais que se levantam para fazer um simples número de um pequeno jornal de fábrica.

Sem quaisquer condições, o jornal COMBATE põe a sua estrutura à disposição de todos os trabalhadores que queiram elaborar na sua fábrica jornais ou folhas. Basta para isso porem-se em contacto com os vendedores do COMBATE, nos postos fixos de venda deste jornal.

Camarada:

O jornal ou a folha de empresa é uma arma importante na organização dos trabalhadores e na luta contra a burguesia. Organizemos, nas fábricas e empresas, os nossos jornais.

# SETÚBAL: LUTA NO BAIRRO DO CASTELO VELHO

O Grupo de Acção dos habitantes do Castelo Velho, em Setúbal, publicou a 6 de Julho um comunicado em que relata a sua luta por melhores habitações.

Podemos ver como esses camaradas, que com o seu trabalho permitem à burguesia viver em casas confortáveis e luxuosas, são obrigados a viver em barracas sem quaisquer condições de higiene.

Podemos ver também como a burguesia «democrática» pretende desviar a luta dos moradores do Castelo Velho de modo a fazê-los entrar em conflito com os pescadores. Mas os trabalhadores souberam desmascarar estas manobras da burguesia e uniram-se numa frente comum de luta.

## CAMARADAS:

«(...) Nós, moradores do Castelo Velho, somos vítimas dessa desenfreada exploração que depois de tantos anos nos mantém numa situação miserável: somos operários de fábricas, da construção e pescadores. Sem-

pre trabalhámos e sempre fomos explorados em terra e mar. E nem sequer temos onde nos refugiar em questão habitacional.

Oprimidos depois de 48 anos debaixo do regime fascista, que nos obrigou durante esse longo tempo a não dispormos da Liberdade de podermos expandir os nossos direitos.

Mas, depois do 25 de Abril, em que o fascismo ficou destruído, nós vamos ter direito à vida, por isso como trabalhadores que somos exigimos direitos iguais àqueles que nos roubam. Nós exigimos casas decentes para os habitantes das barracas do Castelo Velho assim como para todos os outros que se encontram nas mesmas condi-



# INTERNACIONALISMO

(Continuação da pág. 5)

**A LUTA DOS TRABALHADORES CONTRA O CAPITALISMO É UMA LUTA INTERNACIONAL**

A luta dos nossos camaradas, os trabalhadores dos outros países, não se limita a fornecer lições para a nossa luta. Ela é muito mais do que isso! É uma parte integrante do nosso próprio combate. Os trabalhadores não combatem o capitalismo isoladamente. O combate contra a exploração e a opressão, a luta pelo comunismo e pela sociedade sem classes, nem exploração, nem Estado, é um combate de todos os explorados reunidos numa única frente de luta.

Por isso, a relação entre a nossa luta e a dos nossos camaradas trabalhadores dos outros países não se pode limitar a retirarmos mutuamente lições da experiência particular de cada qual. Temos que nos organizar conjuntamente. Não através dos contactos entre burocratas reformistas separados das massas trabalhadoras, mas através de contactos entre as próprias massas trabalhadoras. A Intersindical reformista está em relação com organismos de cúpula noutros países, que são tão separados das massas trabalhadoras desses países como a Intersindical o é dos trabalhadores portugueses. Mas em que é que isso nos adianta? Significa isso que os trabalhadores portugueses combinem estreitamente a sua luta com a dos trabalhadores dos outros países? Não. Essa relação estreita só pode ser conseguida se se passar directamente ao nível das massas trabalhadoras.

**DESTRUIR TODAS AS BARREIRAS QUE A BURGUESIA ERGUE PARA IMPEDIR A SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES**

Para a expansão do capital, para a pilhagem de todo o mundo, para pôr o globo a saque em benefício do capital, foi a própria burguesia que destruiu as fronteiras.

Mas, para dividir os explorados, a burguesia procura manter as fronteiras, d'vulga as ideologias nacionalistas e racistas e, de um modo geral, utiliza-se de todas as armas políticas e de todas as ideias que possam separar os trabalhadores da luta comum.

É através do nacionalismo e do racismo que a burguesia conseguiu mandar os trabalhadores portugueses, feitos soldados, matar os seus camaradas, os trabalhadores das colónias. O progresso do movimento revolucionário dos trabalhadores em Portugal torna cada vez mais difícil à burguesia esse seu intuito. A medida que os trabalhadores portugueses vão tomando consciência da exploração a que são sujeitos e lutam contra ela, tornam-se também conscientes da sua solidariedade com os trabalhadores africanos e recusam-se a fazer a guerra.

**CONCLUSÃO: A NOSSA LUTA É INTERNACIONAL**

Nas circunstâncias actuais, desenvolver a luta internacionalista

em Portugal exige, para um jornal como este, várias tarefas:

- contribuimos para desenvolver o internacionalismo no próprio nível das massas trabalhadoras em luta abrindo as colunas do jornal a trabalhadores e grupos de trabalhadores de outros países que relatem as suas lutas;
- com o mesmo objectivo, fomentamos os contactos directos entre trabalhadores de vários países, que possam discutir em comum a sua luta;
- atacamos todas as ideologias racistas e nacionalistas que a burguesia divulga, nomeadamente mostrando que os problemas dos explorados portugueses são comuns aos dos explorados africanos, e fomentamos assim a solidariedade entre todos os explorados;
- conduzimos uma luta activa contra o militarismo e as disciplinas de tipo militarizado, que dividem os trabalhadores e os voltam uns contra os outros ao serviço da burguesia.

## CAMARADAS:

**NO MUNDO DE HOJE, A BURGUESIA CONSTITUI UMA FRENTE ÚNICA. FORMEMOS CONTRA ELA A FORÇA ÚNICA DOS EXPLORADOS DE TODO O MUNDO.**

ções, seja em Setúbal ou em qualquer parte do País. No nosso bairro não há condições de espécie alguma: no Inverno é o mesmo que morar na rua, no Verão um calor insuportável e encontra-se toda a espécie de bicharada: ratos, cobras, ratananas, osgas, etc.

Os alimentos expostos à poeira, tudo isto causa tais febres que de vez em quando nos bate às portas. Será esse o preço justo que a burguesia nos dá de tanto lhes encher os cofres?

Depois do 25 de Abril falámos abertamente entre nós e analisámos a nossa situação. Precisávamos de casas e de tantas coisas mais. Vieram cá uns senhores que, dizendo-se amigos do povo, incitaram-nos a ocupar casas destinadas aos pescadores. No entanto, saturados que estávamos, começámos a ocupar, o que provocou uma reacção dos pescadores. Não fossemos nós trabalhado-

res como eles, teria havido confronto. A posição dos pescadores era justa. A dos falsos amigos do povo era errada. Por isso chegámos à justa conclusão que só nós bem organizados conseguiremos ir para a frente, pelos nossos próprios meios e com o auxílio de todos os nossos camaradas trabalhadores e amigos.

## Camaradas:

Nós lutamos pelo direito às casas, mas também contra a EXPLORAÇÃO CAPITALISTA pelo pão, terra, paz e democracia popular.

## ABAIXO OS FALSOS AMIGOS DO POVO

**EM FRENTE POR UM VERDADEIRO PORTUGAL DEMOCRÁTICO»**

# GREVE NO MONTOITO

(Continuação da pág. 2)

questões principais do assalariamento, que é a de introduzir a desigualdade entre os trabalhadores. É preciso que os trabalhadores nunca se esqueçam desta questão. Nos aumentos de salários, os capitalistas procuram dividir para reinar. Os trabalhadores devem lutar sempre por salários o menos diversificados possível, ao mesmo tempo que devem lutar contra a própria base do assalariamento, o regime da exploração capitalista.

Algumas horas depois da reunião dos delegados com o patronato, os trabalhadores reuniram-se com os seus delegados, em Montoito e em Nossa Senhora de Machede, para responderem à proposta apresentada pelos patrões.

Sem qualquer hesitação, aquela proposta foi rejeitada e decidiram continuar a greve até à vitória das suas reivindicações.

Nesta reunião, criou-se um fundo económico comum para as despesas que a luta impunha (deslocações, etc.), bem como para socorrer os camaradas mais atingidos pela greve. Este é um exemplo de actuação prática que reforça e consolida a união entre os explorados.

Novas negociações decorreram no dia 3 de Julho, onde se chegou a uma proposta que foi aceite por ambas as partes, e de que reproduzimos os pontos fundamentais:

— Aceite da proposta de salários apresentada pelos trabalhadores, excepto para as mulheres, em que baixou para 100\$00.

— Menor pagamento pelas horas extraordinárias.

— Não obrigatoriedade de emprego de qualquer trabalhador, homem ou mulher.

Os trabalhadores voltaram ao trabalho no dia seguinte, 4 de Julho.

Os trabalhadores de Montoito afirmam que estas pequenas vitórias são um primeiro passo na sua luta. Os passos seguintes, estão já a prepará-los.

Se o Contrato Colectivo de Trabalho não estiver terminado em meados de Agosto, pensam apresentar novo contrato antes que este acordo termine. Está

já prevista uma reunião em 14 de Agosto para analisar a situação.

Os trabalhadores desta região do Alentejo estão dispostos a continuar a luta por melhores condições de vida e de trabalho. Neste momento, trabalhadores de regiões vizinhas, no distrito de Évora, impuseram as mesmas reivindicações, que a generalidade dos patrões tem aceite.

Num balanço final, parece-nos que, até agora, os factores positivos da luta foram:

— a forma altamente democrática como os trabalhadores se organizaram, tomando as suas decisões colectivamente e controlando estreitamente a actuação dos seus representantes;

— a luta inicial contra a divisão dos trabalhadores através de grandes diferenças salariais.

— o desprezo pelos problemas das mulheres. Elas são trabalhadoras, tal como os homens. E a sobre-exploração das mulheres prejudica directamente todos os trabalhadores. Assim como os capitalistas procuram dividir os trabalhadores-homens através de grandes diferenças salariais, procuram também separar os homens das mulheres trabalhadoras, pagando miseravelmente a estas últimas.

— Outro dos factores negativos, já acima apontado, foi a grande diversificação salarial introduzida.

— Finalmente, há que apontar que, antes do início da greve foram despedidos três trabalhadores, dos mais activos nas reivindicações. Os restantes trabalhadores não lutaram pela sua readmissão e um deles continua mesmo desempregado.

Pensamos que só o desenvolvimento das formas democráticas de organização, o colectivismo nas decisões (não só de todos os homens, mas dos homens e das mulheres) e o estreito controlo sobre os seus representantes permitirá aos camaradas trabalhadores de Montoito e das regiões vizinhas conduzir a sua luta, não só por melhores salários, mas contra a própria exploração capitalista.

# COLONIALISMO EM ANGOLA

Já no número anterior deste jornal alertámos os trabalhadores para o aumento da repressão em Angola e para a via colonialista seguida pela Junta de Salvação Nacional e pelo Governo Provisório.

Nas suas declarações, o Governo e a Junta afirmam que a democracia chegou às colónias e dizem que acabarão com o colonialismo. Mas o colonialismo continua, a exploração colonial e a opressão continuam e, se, a democracia chegou às colónias, teria sido para os colonos, mas certamente que não para os trabalhadores e povos africanos.

Publicamos hoje um comunicado elaborado pela Casa de Angola, em que se desmascaram os crimes colonialistas que continuam a cometer-se com o apoio ou a cobertura do actual governo.

Comunicado à população da Casa de Angola

«Os Angolanos residentes em Portugal, em cumprimento das alíneas c e d do ponto n.º 4 da DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS da Casa de Angola, (c — Dinamizar a Casa de Angola, transformando-a em meio de defesa dos reais interesses dos angolanos. d — Apoiar incondicionalmente a luta dos povos das colónias, reconhecendo os movimentos de libertação — MPLA, PAIGC, FRELIMO, e MLSTP — como seus legítimos

e únicos representante) REPUDIAM E ALERTAM a população sobre alguns dos factos ocorridos em Angola:

- 1 — O bárbaro assassinato do nacionalista angolano JOAO PEDRO BENJE;
- 2 — A não autorização pela comissão had hoc para a informação da publicação em Angola do manifesto do C. A. P. A. (Comité de Acção Política de Angola);
- 3 — A agressão violenta pela policia de choque de um repórter fotográfico quando se encontrava no desempenho das suas funções;
- 4 — O assassinato de uma operária em consequência do assalto violento por parte da policia de choque, às instalações da TEXTANG quando decorria uma reunião reivindicativa dos operários da referida fábrica;
- 5 — A proibição da emissão e extinção da Rádio Universidade Livre;
- 6 — A manutenção da Imprensa com características colonial-fascistas tendentes a perpetuar tal sistema de opressão e fomentar um clima de constante instabilidade;

- 7 — A repressão violenta que se abate sobre as manifestações populares ou qualquer outra actividade em prol da única força verdadeiramente representativa do Povo Angolano — o MPLA;
- 8 — A continuação em liberdade efectiva e em pleno desempenho das suas funções de agentes da PIDE/DGS, verdadeiros assassinos de MILHARES DE PATRIOTAS ANGOLANOS, agravada pela facilidade de saída concedida a elementos dessa policia torcionária;
- 9 — A manutenção e alargamento dos quadros repressivos, salientando-se a OPVDCA — Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil de Angola — cujos objectivos são a defesa e manutenção intransigente do sistema colonial-fascista;
- 10 — O fomento de organizações de carácter terrorista, constituídas unicamente por elementos brancos — ex-comandos, ex-paraquedistas, choffers de táxis, elementos da OPVDCA, bombeiros, agentes da PIDE/DGS — além de ter como fim fomentar o terror nas populações, tem como

objectivos imediatos, estando já a tomar uma forma activa, a eliminação física dos antigos presos políticos e de elementos angolanos que nunca colaboram com o regime fascista-colonialista;

- 11 — O auxílio e manutenção dessas organizações é feita pelos elementos racistas que têm apoio nos elementos mais reaccionários de Angola e recebendo auxílio material, nomeadamente armas com silenciadores — como não podia deixar de ser — da RACISTA REPUBLICA DA AFRICA DO SUL;
- 12 — Estas organizações já contam pelo menos com dois crimes — DIAS DOS SANTOS (morte misteriosa) e doutro camarada Angolano na Av. Brasil por um choffer de praça;
- 13 — A aceitação (cumplicidade) por parte das autoridades, de permitirem o treino de tais elementos reaccionários e terroristas nos quartelamentos da OPVDCA;
- 14 — A cumplicidade das autoridades no silêncio que se manifesta na não publicação dos arquivos da PIDE/DGS e consequen-

temente impedindo assim a população de ter conhecimento dos elementos que faziam parte da tenebrosa e sinistra policia assassina — PIDE/DGS;

15 — O apoio táctico aos «partidos» fantoches surgidos depois do 25 de Abril perpetuando a politica colonialista de «Dividir para Reinar»;

16 — A continuação da agressão ao povo de Angola por parte do exército colonial-imperialista;

Os ANGOLANOS residentes em Portugal responsabilizam o Governo Provisório e a Junta de Salvação Nacional de toda a situação que reina em Angola. A continuação da opressão ao POVO DE ANGOLA e aos POVOS das outras COLÓNIAS, o não reconhecimento imediato da INDEPENDENCIA COMPLETA E INCONDICIONAL, manifesta claramente as intenções do Governo Provisório na tentativa de perpétuar a exploração colonialista sob a capa do neo-colonialismo.

OS ANGOLANOS RESIDENTES EM PORTUGAL REAFIRMAM UMA VEZ MAIS O SEU APOIO INCONDICIONAL AO M. P. L. A., RECONHECENDO-O COMO O UNICO REPRESENTANTE LEGITIMO DO POVO ANGOLANO».

3 de Julho de 1974

## UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE

CAMARADAS:

APOIEMOS ESTA CAMPANHA LANÇADA PELOS TRABALHADORES DA «TIMEX»

Várias tendências políticas reformistas e reaccionárias, bem como direcções reformistas de sindicatos, têm vindo a lançar uma campanha para convencer os trabalhadores a darem ao Governo Provisório um dia do seu salário.

Contra esta campanha da burguesia e dos seus servidores reformistas, os trabalhadores da Timex lançaram uma campanha revolucionária:

UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE

A greve é a grande arma de luta dos trabalhadores. As nossas vitórias só se obtêm pela luta e nunca implorando misericórdia aos patrões. Apoiar as greves é apoiar a grande luta de todos os trabalhadores pela libertação do trabalho.

Devemos unir-nos também para reunir fundos que permitam a todos os trabalhadores começar e continuar greves sem temer a chantagem dos patrões. POR ISSO, DEVEMOS ORGANIZAR NAS NOSSAS FABRICAS, NAS NOSSAS EMPRESAS, UM DIA DE TRABALHO PARA OS TRABALHADORES EM GREVE.

Para todas as informações, escrever ao nosso jornal ou contactar os vendedores militantes.



**TRABALHADORES OFERECEM MIL CONTOS AO SEU MINISTÉRIO**

Uma comissão de representantes dos trabalhadores da C. U. F. e U. F. A. e Equimetal entregaram ao secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalhas, cerca de mil e cem contos, importância correspondente ao produto de um dia de trabalho dos empregados daquelas empresas.

Ao fazer a entrega, alguns elementos da comissão re-

lataram como nasceu a ideia da iniciativa e recordaram o papel das massas trabalhadoras do Barreiro na luta contra o fascismo. O dr. Carlos Carvalhas, em breve alocução, atribuiu a iniciativa à comissão dos trabalhadores do actual momento político e referiu as muitas e significativas ofertas recebidas no Ministério do Trabalho.